

# AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS COMO FATOR DE RESSOCIALIZAÇÃO DAS RECUPERANDAS DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) DE GOVERNADOR VALADARES

*INTERPERSONAL RELATIONSHIPS AS A FACTOR IN THE  
RESOCIALIZATION OF RECOVERIES FROM THE ASSOCIAÇÃO  
DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) OF  
GOVERNADOR VALADARES*

**Priscila Fernandes Goncalves**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil  
priscila\_fernandes\_101@hotmail.com

**Juliana Goulart Soares do Nascimento**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, Brasil  
juliana.goulart@ufjf.br

---

ISSN: 2178-2466 DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/rdj.v24i49.1580> Recebido em: 18.07.2024 Aceito em: 20.09.2024

---

**Resumo:** As mulheres em todo o mundo sempre tiveram que lidar com a desigualdade de gênero presente na sociedade. No ambiente prisional, a realidade não é diferente. A precariedade já observada no sistema prisional tradicional é ainda mais intensa nas penitenciárias femininas, porque as instituições e as políticas públicas ainda são voltadas prioritariamente para o público masculino, não levando em consideração as especificidades que cercam uma mulher. Diante do cenário caótico no qual os presídios tradicionais se encontram, surgem as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), que auxiliam o Poder Judiciário na execução do cumprimento das penas privativas de liberdade, enfatizando a finalidade ressocializadora da pena, a partir dos 12 elementos que constituem seu método. O presente estudo objetiva compreender como as relações interpessoais durante o cumprimento de pena colaboram para o processo de ressocialização das recuperandas assistidas pela APAC de Governador Valadares - MG. Serão abordadas as relações entre as recuperandas, entre elas e a família, entre elas e os voluntários e, por fim, entre elas e os gestores.

**Palavras chave:** APAC. ressocialização. mulheres encarceradas. relações interpessoais

**Abstract:** Women around the world have always had to deal with gender inequality in society. In the prison environment, the reality is not different. The precariousness observed in traditional prison system is even more intense in women's penitentiaries, because prison system and public policies are primarily aimed at the male public, not taking into account the specificities that surround a woman. Faced with the chaotic scenario in which traditional prisons find themselves, the Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), appears, assisting Judiciary in the execution of the deprivation of liberty,



emphasizing the resocializing purpose of the sentence, from the 12 elements that constitute your method. This objective study understands how interpersonal relationships during serving a sentence contribute to the resocialization process of recovered people assisted by APAC in Governador Valadares - MG. The relationships between the recovered people, between them and their family, between them and the volunteers and, finally, between them and the managers will be addressed.

**Keywords:** APAC. resocialization. incarcerated women. relationships.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O encarceramento feminino é um tema que têm ganhado cada vez mais relevância em razão do crescimento exorbitante ano após ano. Dados do INFOPEN mulheres 2017 revelam que a taxa de encarceramento feminino cresceu mais de 600% entre os anos 2000 e 2016, mais que o dobro do crescimento masculino no mesmo período, elevando o Brasil à 4ª posição na lista de países com maior população carcerária feminina do mundo.

A despeito do artigo 1º da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) determinar que um dos objetivos da execução penal é o de “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”, em geral os meios disponíveis para o alcance dessa finalidade nas instituições penais tradicionais no Brasil são precários. Essa fragilidade é ainda mais acentuada no ambiente prisional feminino, porque as necessidades de saúde, higiene e as formas de se relacionar femininas são diferentes das do gênero masculino e ainda hoje o ambiente prisional e as políticas públicas são voltados prioritariamente para o público masculino (SANTOS, 2018).

As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) surgem diante do cenário caótico de violência e precariedade que o sistema prisional brasileiro se encontra, como uma entidade auxiliar do Poder Judiciário para execução do cumprimento das penas privativas de liberdade e com o propósito de promover a finalidade punitiva da pena, sem negligenciar a função de prevenção negativa ou ressocializadora. Apesar de predominantemente atender ao público masculino, existem hoje no país nove APACs que se destinam a prover a ressocialização de mulheres condenadas a penas privativas de liberdade.

A ressocialização de um indivíduo que cumpriu pena é tema relevante que interessa a toda comunidade, uma vez que previne a reincidência e, conseqüentemente, reduz a criminalidade em determinada sociedade. Um estabelecimento penal adequado, que consegue propiciar aos indivíduos assistidos um cumprimento de pena nos moldes do que é determinado pela legislação amplifica as chances de que uma pessoa tenha condições de se reinserir adequadamente na sociedade.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva compreender como as relações interpessoais durante o cumprimento de pena colaboram para o processo de ressocialização das recuperandas assistidas pela APAC de Governador Valadares - MG. Serão abordadas as relações entre as recuperandas, entre elas e a família, entre elas e os voluntários e, por fim, entre elas e os gestores.

A orientação adotada na pesquisa é de caráter qualitativo e a pesquisa foi conduzida de modo indutivo. O artigo em questão analisa uma realidade específica e circunscrita à instituição feminina de Governador Valadares, tratando-se, portanto, de um estudo de caso. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a pesquisa de campo através de entrevistas com roteiro semiestruturado com os gestores e atores responsáveis pela APAC feminina estudada, bem como com as recuperandas assistidas pela instituição.

A instituição conta atualmente com 43 recuperandas no regime fechado e 12 gestores (dados de 01/06/2023, obtidos na própria APAC GV). Considerando a disponibilidade para participação e a divisão de funções e responsabilidades, foram entrevistados 6 gestores no total. Com o objetivo de conciliar a pluralidade de perspectivas sobre o método APAC com a exequibilidade do levantamento de campo, foram entrevistadas 21 recuperandas do regime fechado. Optou-se pela exclusividade de participantes do regime fechado porque estas vivem o método APAC mais intensamente e estão menos abertas a influências externas ao ambiente prisional. Foram utilizados como critério de seleção a disponibilidade em participar e o tempo em que a apenada se encontra abrigada na instituição. As perguntas do roteiro foram formuladas com base nos 12 elementos constituintes do método apaqueano e as entrevistas ocorreram na semana de 19 a 22 de junho de 2023, na própria instituição. Os dados coletados foram tratados por meio de procedimentos de análise do conteúdo.

Devido ao grande volume de dados gerados pela compilação de respostas dos entrevistados, optou-se pelo processamento de dados a partir do uso do software de análise textual Iramuteq, que é um software livre baseado no Software R e na linguagem Python, que permite realizar análises estatísticas em corpora de texto e em tabelas de indivíduos/caracteres (informações extraídas do site *iramuteq.org*). O Iramuteq realiza análises textuais dos tipos Estatísticas textuais, Análise de Especificidades e Análise fatorial de correspondência (AFC), Método de Reinert (classificação hierárquica descendente), Análise de Similitude e Nuvem de Palavras. Entretanto, foram apresentados neste artigo somente os resultados que permitiram alguma conclusão acerca dos temas abordados nas entrevistas.

## **2 A INVISIBILIDADE DAS MULHERES ENCARCERADAS**

As mulheres em todo o mundo sempre estiveram em posição de desigualdade em relação aos homens. Elas se deparam constantemente com a sobrecarga familiar, a ausência de autonomia em relação aos seus corpos e sua sexualidade, a vulnerabilidade em relação a assédios e violência e a desigualdade no mercado de trabalho, tanto em relação a maior dificuldade em conseguir um emprego formal, quanto em relação ao salário, que é tradicionalmente menor que dos homens, mesmo apresentando nível de escolaridade superior. Não obstante os constantes debates sobre igualdade de gênero e feminismo, a desigualdade ainda está vigorosamente presente na sociedade atual, principalmente nas classes sociais menos favorecidas economicamente, e reflete

em impotência, discriminação, exclusão e privação material, restringindo as oportunidades oferecidas às mulheres e sua capacidade de tomar decisões sobre a própria vida. Essa situação pode ser comprovada pelo Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019, o qual dispõe que as mulheres ainda são a maioria entre as pessoas na pobreza e têm maiores índices de desemprego que os homens (PNUD, 2019).

Esses são fatores que podem impulsionar o envolvimento de mulheres em atividades ilícitas e, conseqüentemente, ao encarceramento, uma vez que o relacionamento pessoal com homens envolvidos com tráfico (CUNHA, 2011; FRANÇA, 2013) e a vulnerabilidade financeira e social, diante da promessa de dinheiro rápido e fácil (TELLES, 2009), aparecem como motivações mais recorrentes reportadas pelas mulheres presas para o cometimento de crimes contra o patrimônio. Prova disso é que os crimes mais praticados por mulheres são os que trazem um proveito econômico imediato, como tráfico, roubo e furto, por isso alguns pesquisadores acreditam que a falta de acesso da mulher ao mercado de trabalho pode ser um fator que contribui com a sua inserção na criminalidade (TELLES, 2009).

Embora as condições possam variar significativamente entre estados e de uma instituição para outra, no geral os meios disponíveis para o alcance da reintegração social do condenado é precário nas penitenciárias tradicionais brasileiras. O Relatório de avaliação do Departamento Penitenciário Nacional, realizado em 2017 pela Controladoria Geral da União (CGU), aponta os principais problemas enfrentados em grande parte das unidades prisionais das 24 Unidades da Federação, percorrendo a questão da superlotação, a infraestrutura precária, a insuficiência na prestação das assistências tanto material quanto relacionada à saúde e educacional, a baixa oferta de trabalho aos apenados e ainda outros relacionados à segurança da unidade, inclusive o consumo interno de drogas (MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2017).

Para as mulheres, outro problema ainda precisa ser enfrentado: a adaptação do sistema penitenciário segundo necessidades específicas inerentes ao gênero feminino ainda é tradicionalmente negligenciado. Apesar de a legislação prever, desde 1988, que o cumprimento da pena deve ocorrer em estabelecimentos distintos, de acordo com o sexo do apenado (art 5º, inciso 48, da Constituição Federal), ainda hoje, o ambiente prisional é tipicamente masculino e as políticas públicas são geradas pensando prioritariamente nesse público:

[...] em geral, unidades femininas são adaptações de unidades masculinas ou de outros tipos de edificações, o que não permite a adequação dos espaços para as demandas das mulheres. A maior parte das unidades prisionais destinadas a mulheres são mistas (para homens e mulheres), o que faz com que o acesso às assistências não seja priorizado para o público feminino. (DEPEN, 2018).

Assim, o ambiente prisional feminino espelha as desigualdades de gênero já presentes na sociedade. A maneira como as mulheres se relacionam com seus familiares, principalmente os filhos, e as necessidades de saúde e higiene são diferentes do gênero masculino e a arquitetura de grande parte das penitenciárias tradicionais negligencia esses fatores. Dados do INFOPEN

mulheres de 2017 demonstram que das unidades femininas ou mistas no país, apenas 14% têm cela para gestantes, 14% têm berçário materno-infantil para que a mulher permaneça em contato com seus bebês até dois anos de idade e somente 3% têm espaço de creche. Em contraste com esses dados, 74% das mulheres privadas de liberdade têm filhos (DEPEN, 2017).

Após o cárcere, se a “readaptação à vida pós-prisão é complexa, caracterizando-se pela adaptação a um mundo social deixado em pausa, entretanto alterado, e a uma nova identidade pós-prisional, passando de criminoso recluso a cidadão ex-recluso” (AHMED & AHMAD apud DAMAS, 2021, p. 4), para as mulheres ela é ainda mais turbulenta, pois ela “retorna às condições pessoais, sociais e materiais que havia deixado” (DAMAS, 2021, p. 16), e enfrenta outros novos desafios, provenientes do recorrente abandono familiar que assola as mulheres que cumprem pena e o abalo psicológico decorrente da experiência traumática de um cárcere. Após o retorno à sociedade, a mulher precisa ainda lidar com diversas questões como o estigma social, a necessidade de retornar os vínculos familiares e a falta de oportunidade de emprego. Tudo isso pode gerar na mulher distúrbios psicológicos desenvolvidos de forma funcional, ou seja, influenciado por fatores externos, mesmo nas pessoas que não tenham predisposição genética a isso (NOVO, 2019). Por esse motivo, o ideal é que as mulheres sejam preparadas psicologicamente para o que vão enfrentar após a liberdade, conhecendo previamente as dificuldades e fortalecendo o seu psicológico.

Diante do reconhecimento de que o processo de reintegração do indivíduo à sociedade é complexo e não se limita ao simples acesso à profissionalização, mas envolve diversas outras questões de ordem material, social, psicológica, entre outras, a APAC se dedica à recuperação e reintegração social de condenados, evitando a reincidência no crime e oferecendo alternativas para o condenado se recuperar. O método APAC se utiliza de doze elementos principais que, em conjunto, compõem o processo de ressocialização almejado: participação da comunidade, recuperando ajudando o recuperando, trabalho, espiritualidade e a importância de se fazer a experiência com Deus, assistência jurídica, assistência à saúde, valorização humana, família, o mérito, o voluntário e o curso para sua formação, jornada de libertação com Cristo e o Centro de Reintegração Social- CRS (FERREIRA e OTTOBONI, 2016). Nas APACs, os apenados têm acesso a salas para laborterapia e bibliotecas, participam de encontros religiosos diários, trabalham e têm a possibilidade de acesso à escolarização e capacitação profissional. Além disso, há a garantia de instalações adequadas, incentivo ao estreitamento do laço familiar e à autonomia dos recuperandos, entregando a eles responsabilidade sobre sua própria recuperação.

Embora os elementos constituidores do método sejam um conjunto para propiciar a ressocialização do indivíduo, esse artigo destaca as relações humanas nesse processo, focando em quatro vertentes principais: as relações entre as recuperandas, entre recuperandas e a família, entre recuperandas e a comunidade/voluntários e entre recuperandas e os gestores da instituição.

### 3 O ELEMENTO “RECUPERANDO AJUDANDO RECUPERANDO”

É uma preocupação do método APAC o fortalecimento de vínculos de cooperação entre os indivíduos, tanto pelo zelo da infraestrutura e pela manutenção da ordem e harmonia no Centro de Reintegração Social, quanto pelo apoio psicológico entre os indivíduos (FURTADO, 2018). Assim, o elemento “recuperando ajudando o recuperando” tem o objetivo de “despertar nos recuperandos os sentimentos de responsabilidade, de ajuda mútua, de solidariedade e de fraternidade e da importância de se viver em comunidade” (FERREIRA e OTTOBONI, 2016, p.72), além de resgatar o senso de responsabilidade individual para o sucesso do coletivo.

Para auxiliar na gestão das APACs são designados Representantes de Cella e um Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) em cada regime, formado por nove recuperandos. O presidente do Conselho é nomeado pela direção e escolhe os demais membros, que deliberam e nomeiam os Representantes de Cella. Esse Conselho tem a finalidade de ser intermediador entre os recuperandos e a administração e de auxiliar na manutenção da disciplina, sendo autorizados, inclusive, a aplicar sanções disciplinares de faltas leves (FURTADO, 2018).

Apesar do método prezar pelo lema “recuperando ajudando o recuperando”, a maior dificuldade relatada por todas as recuperandas na entrevista foi a convivência entre elas, por ser necessário coabitar 24 horas por dia com mulheres que têm outras vivências e personalidades diferentes. Quando questionadas se isso também não seria um problema no sistema comum, responderam negativamente, porque, segundo elas, no sistema comum resolve-se tudo diretamente entre as presas, enquanto na APAC a administração proíbe falta de respeito e agressão física ou verbal.

Eu vejo aqui pior. Lá na Cadeião, pelo menos, assim, a pessoa faz uma coisa com a outra, você vai e resolve lá e aqui não pode. Não pode nem agredir com palavras, nada. (recuperanda 2)

Indo ao encontro da principal dificuldade relatada na APAC, qual seja a convivência entre as recuperandas, praticamente todas as recuperandas entrevistadas falaram que entre elas não existe amizade e confiança e que o lema “recuperando ajuda recuperando” só existe no papel. Disseram poder contar somente com as amigas mais próximas, que não existe um espírito de grupo e união para o bem comum e que estão sempre tentando prejudicar umas às outras. Somente duas entrevistadas disseram que as recuperandas ajudam umas às outras no geral.

A primeira sigla da APAC era “amarás ao próximo Amarás a Cristo”. Então, eu acho que falta isso aqui na APAC. Amor ao próximo. Entender que todas estamos no mesmo barco. E se todas se ajudarem, a gente pode conviver melhor. (recuperanda 5)

Os gestores entrevistados, em unanimidade, também acreditam que a maior dificuldade da APAC hoje está relacionada ao gênero feminino e é a convivência entre elas, corroborando com o que as próprias recuperandas relataram. Pequenas situações do cotidiano, como o sumiço de uma garrafa de água, quando associados à ansiedade a que estão expostas, geram uma bola de

neve que “atrapalha o regime todo”, segundo um dos gestores entrevistados. Os gestores também citaram a existência de muita disputa entre as recuperandas no dia a dia.

Essa questão da convivência e sua relação com o gênero pode ser observada nos resultados obtidos na ferramenta de análise de similitude gerada pelo aplicativo Iramuteq.

#### **4 O ELEMENTO “FAMÍLIA”**

A fim de contribuir para a preservação mental do apenado, o artigo 41, inciso X, da Lei de Execução Penal (Lei 7210/1984) determina que é direito do preso o “recebimento de visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados” (BRASIL, 1984). Para a efetivação desse direito, entretanto, é ideal que existam ambientes propícios destinados a esse fim (DEPEN, 2017), o que não ocorre na maioria das unidades prisionais do país. Todavia, esse não parece ser um empecilho ao recebimento de visitas pelos homens, já que em algumas unidades da federação como a Paraíba, a média de visitas nos estabelecimentos masculinos é quase 12 vezes maior que a média nos femininos (DEPEN, 2017).

Mesmo vítimas dessa relação de poder em uma sociedade machista como a brasileira, um fenômeno nos chama a atenção, enquanto os homens não caem no esquecimento de suas famílias e mantém os laços afetivos e fraternos antes da prisão e continuam a receber visitas constantes de suas mulheres, filhos, e mães e raramente de seus pais, as mulheres são esquecidas na escuridão do submundo dos cárceres a mercê da sorte. (CARVALHO ET. AL, 2017, p. 251)

O abandono familiar sob o qual estão submetidas têm consequências muito relevantes na vida dessas mulheres, tanto durante o cumprimento da pena quanto quando do retorno à sociedade. Os efeitos de uma pena privativa de liberdade transcendem a limitação do direito de ir e vir e a suspensão dos direitos civis. Há uma perda de parte da sua identidade, porque ao ser preso ele “deixa de ser um cidadão com direitos civis, deixa de ser integrante de uma família seja; pai, filho, irmão, neto, para ser, entre tantos outros, mais um criminoso que deve pagar pelo delito cometido” (TORRES, 2008, p.31). Assim, a família é considerada por muitos como o principal grupo responsável por desenvolver o sentimento de pertencimento nos indivíduos e, nesse contexto, as visitas funcionam como um resgate do senso de pertencimento da pessoa presa. Assim, o recebimento de visitas dentro do ambiente prisional é de fundamental importância para compor o processo de estruturação psicológica do indivíduo, para que o indivíduo resgate sua identidade, se sinta amado e tenha forças para se manter naquele ambiente e se torna também incentivo para buscar sua completa recuperação (CUNHA 2011).

A questão afetiva da emoção e do amor familiar é de grande valia no processo de ensino-aprendizagem do encarcerado. O prisioneiro que recebe carinho e é cuidado pela família, respeitado e amado terá maiores condições de apropriar-se dos conhecimentos, pois é primeiramente na família que ele reaprende a amar, e isto o prepara para a ressocialização. Amor, segurança, confiança, encorajamento familiar são ingredientes indispensáveis à aprendizagem do encarcerado. (MOREIRA, 2008, p. 112)

Somado a isso, as visitas representam muitas vezes o acesso a direitos. Como os detentos em regime fechado não podem sair do ambiente prisional, o acesso a alguns direitos e serviços externos à penitenciária dependem dos familiares que vão visitá-los (FOLTRAN, 2010). Assim, não bastasse o imenso impacto psicológico de ter que lidar com o abandono, as mulheres que não recebem visitas regulares são algumas vezes ainda privadas de diversos direitos que dependem da intervenção de pessoas externas à penitenciária.

São as famílias que agilizam junto à VEC e à defensoria pública todos os trâmites necessários para que haja contagem de tempo, por exemplo, em função da progressão da pena. A marcação de consultas, exames e outros procedimentos da área da saúde não disponíveis na penitenciária também está a cargo das mulheres em contato com os presos. Na área de assistência social, o cadastramento em programas sociais ou os pedidos de benefícios assistenciais ou previdenciários é de responsabilidade dos familiares e os profissionais do sistema pouco ou nada ajudam na questão. Até mesmo a proteção aos filhos de pessoas presas está longe de ser uma preocupação da prisão. (FOLTRAN, 2010, p.11)

Por fim, o abandono familiar gera consequências também após o cumprimento da pena, porque faz com que, ao retornarem à sua casa, essas mulheres encontrem um ambiente muito diferente do deixado tempos atrás. A mulher precisa novamente encontrar o seu lugar naquela família e nem sempre se depara com um ambiente acolhedor. Mesmo as que não sofreram o abandono, muitas vezes já ingressaram na prisão com uma família desestruturada e essa situação só tende a ter piorada com a prisão de um dos membros.

A possibilidade de contato com a família foi muito citada nas entrevistas como uma das principais diferenças entre a APAC e o sistema tradicional, já que a APAC participa incentivando o contato das recuperandas com a família de diversas formas. Diante do reconhecimento da importância da presença familiar para uma pessoa reclusa, o método APAC dispõe de alguns mecanismos para contornar os principais empecilhos que dificultam as visitas das famílias, como auxílio financeiro para que a família possa comparecer aos almoços de família e às ligações à procura de parentes que não estão dando notícia.

O principal fator frequentemente citado para o reduzido número de visitas em presídios femininos é a escassez de recursos financeiros do possível visitante para se deslocar até o estabelecimento penal, já que, muitas vezes, por interesse administrativo, se determina o cumprimento de pena em estabelecimento prisional distante de onde reside a família. Esse é um agravante em relação aos presídios femininos porque, como o número de mulheres presas é bem inferior ao de homens, existem menos estabelecimentos penais femininos distribuídos pelo país, de forma que grande parte das mulheres cumprem pena em cidades afastadas da sua cidade de origem (PICOLLI et al., 2019). Para superar esse desafio, a APAC, em contrapartida ao sistema penitenciário tradicional, opta pela descentralização dos presídios em unidades de pequeno porte, localizados na própria comunidade, a fim de preservar os elos afetivos entre indivíduo que cumpre pena e a família, além de dificultar a entrada de drogas e a manutenção da ordem. Assim, um dos quatro requisitos objetivos básicos descritos por Ferreira e Ottoboni (2016) para que



uma pessoa que cumpre pena possa ser transferida para uma APAC é a família do recuperando manter residência e domicílio na Comarca onde está localizada a APAC.

Além disso, a APAC estimula o contato diário com a família por telefone. Na unidade APAC de Governador Valadares, as recuperandas têm direito a ligações para a família com duração de 7 minutos, todos os dias, de segunda a sexta, exceto feriados e finais de semana. A gestão atua auxiliando no contato inicial, já que muitas perderam o contato com as famílias enquanto estavam cumprindo pena no sistema comum e, quando a recuperanda recebe ligações frequentes e o parente por qualquer motivo deixa de ligar por alguns dias, a administração da instituição entra em contato para verificar se está tudo certo. Para as famílias que não têm condições financeiras para telefonar, a gestão ainda liga para o familiar ao menos uma vez por semana, para que a recuperanda possa manter contato:

Um ano e quatro meses que eu estive lá (no presídio comum), eu consegui falar com a minha filha uma vez, uma ligação. Aqui eu tenho contato com a minha filha, a avó paterna dela traz ela quando está na condição financeira dela de trazer. Eu não tinha contato com os meus familiares, mãe, irmãos, há mais de 12 anos. Aqui hoje em dia minha família, minha mãe vem me ver, o meu irmão vem, o último almoço de família agora tinha 12 anos que eu não via ele. Então a APAC ajuda muita gente nisso. (recuperanda 5)

Outro fator que pode motivar a carência de visitas às mulheres em cumprimento de pena privativa de liberdade está no fato de a família, e até a própria apenada, não aceitar o rompimento, a partir do momento em que ela é presa, da expectativa do papel que uma mulher deveria desempenhar na sociedade (CUNHA, 2011).

A mulher na prisão é menos visitada que o homem pelos familiares, que em geral se sentem envergonhados de terem uma filha, uma irmã ou a mãe presa [...]. Interessa-nos destacar que o estigma que normalmente cerca a mulher se origina não só do exterior, mas igualmente do próprio interior da reclusa, que não aceita a prisão e pretende proteger os que ama afastando-os, possivelmente para justificar a rejeição que o cárcere provoca. (ESPINOZA, 2004, pág. 152)

Atentos ao fato de que uma família estruturada e presente oferece ao recuperando uma base sólida de apoio psicológico, os gestores entrevistados afirmaram que a APAC se preocupa não só com a capacitação das recuperandas, mas também com a preparação das famílias, para que quando retornem aos seus lares, encontrem um ambiente adequado a sua ressocialização (PASTI, 2015). Assim, as famílias recebem assistência material e são conscientizadas sobre a importância da sua participação na recuperação de seu ente familiar, incentivando-o a agir corretamente tanto dentro do Centro de Reintegração Social quanto nos momentos em que sai do estabelecimento com autorização da administração (FURTADO, 2018).

A família é uma peça bem importante, porque se a família não estiver estruturada *pra* receber esse recuperando que está recuperado, ele volta para o crime de novo. Então a família também tem que estar preparada *pra* receber ele. Se é um berço familiar que se envolve com o crime, como é que o recuperando que acabou de sair vai voltar para aquele seio familiar, que vive no meio do crime, e não vai voltar pro crime de

novo? Porque ele não vê uma outra opção. Então a gente prepara o recuperando pra isso. Se a família não estiver preparada não tem como ela receber. (gestor 21)

É essencial *pra* recuperação, eu acho porque as nossas raízes estão ali, né? Tudo começou ali no seio familiar, né? E tudo desencadeou ali também, a gente não sabe de que forma, mas desencadeou né? Alguns traumas desencadearam ali. A gente faz de tudo *pra* que as famílias venham ou liguem. (gestor 23)

A realização de revistas vexatórias e a burocracia envolvida no cadastro de visitantes no sistema comum também são apontadas como empecilhos à visitação nos presídios femininos. Embora variem de uma unidade para outra, muitas vezes são exigidos para o cadastro grande quantidade de documentos, como a comprovação do grau de parentesco, exigência de união estável e ainda que o ingresso de menores de idade ocorra somente na companhia dos pais ou responsáveis legais:

Quando do aprisionamento da reeducanda, os filhos acabam ficando com familiares que nem sempre aceitam legalizar a guarda em seu nome ou, em virtude de desentendimento familiar, não há concordância da mãe presa em transferir a guarda oficial, o que penaliza mais uma vez o contato entre mãe e filho durante o período de aprisionamento. (CUNHA, 2011, p. 115)

Para contornar essa situação, nas APACs, os familiares não passam por revistas vexatórias e o trâmite para visitas é simplificado. Além da possibilidade das visitas semanalmente, aos domingos, de 13 às 17 horas, a APAC oferece regularmente, de 2 em 2 meses, o almoço de família, dia no qual os familiares podem ingressar na APAC às 9 da manhã e permanecer até o final da tarde, às 17 horas. Nesse dia a família toda pode almoçar junto com as recuperandas e são realizadas também atividades para as crianças, desenho para colorir e até arte de pintura no rosto. Para as famílias que não têm condições financeiras, a APAC oferece auxílio para que possam comparecer a esses eventos.

Apesar de todo esse esforço, das 21 recuperandas entrevistadas na APAC de Governador Valadares, somente 14 recebem visitas pessoalmente, e apenas uma com frequência. O principal limitador mencionado foi a distância da residência da família, o que demanda tempo e muito recurso financeiro para concretizar visitas frequentes. Pelo menos metade das entrevistadas afirmou que as famílias moram há mais de três horas de carro de Governador Valadares. Isso é contraditório já que um dos critérios objetivos básicos para o ingresso em uma APAC descrito por Ferreira e Ottoboni (2016) é o de que a “família do recuperando deve manter residência e domicílio na comarca onde está localizada a APAC ou no caso de o crime ter sido cometido na comarca.”. O ingresso por parte das recuperandas nessa APAC pode ter ocorrido, então, pelo crime ter sido cometido na Comarca de Governador Valadares, já que esta engloba outros 17 distritos/municípios.

O contato com a família é especialmente relevante quando se percebe que mais de 80% das entrevistadas têm filhos, alguns inclusive ainda crianças. No contato com a família, predominam as visitas por familiares do sexo feminino, sejam filhas, mãe, irmãs, primas, sogra e/ou cunhadas.

Os homens que visitam são somente filhos ou um irmão. Apenas duas recuperandas têm visita do marido/ companheiro. Isso pode, em parte, ter relação com o fato de que oito recuperandas estão com marido e/ou filhos presos ou pode corroborar com os altos índices de abandono do companheiro quando as mulheres vão presas, conforme já mencionado.

A maioria das recuperandas entrevistadas que não recebem visita recebem ao menos ligações de alguém da família. Somente duas afirmam não ter contato nenhum com a família, nem por telefone.

Importante ressaltar que as visitas íntimas também são parte do contato familiar, pois sua relevância transcende o mero ato sexual e deve ser entendida como um resgate da privacidade da apenada, usurpada no momento em que vai presa e, ainda, como discorre Dráuzio Varella:

As visitas íntimas são essenciais para a manutenção dos vínculos afetivos com os companheiros e para impedir a desagregação familiar. Isolar a mulher na cadeia por anos consecutivos causa distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificulta a ressocialização. (VARELLA, 2017, p. 27)

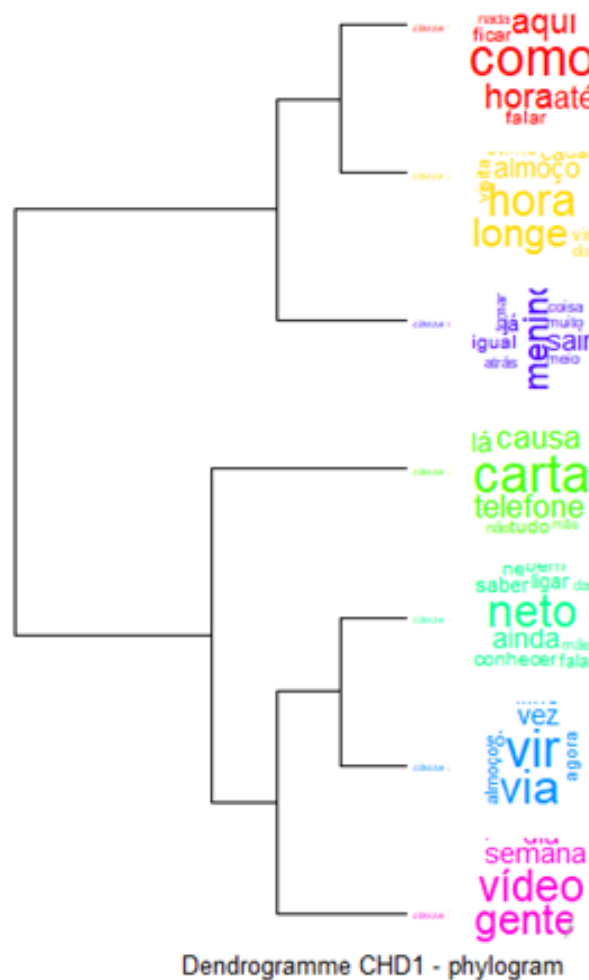
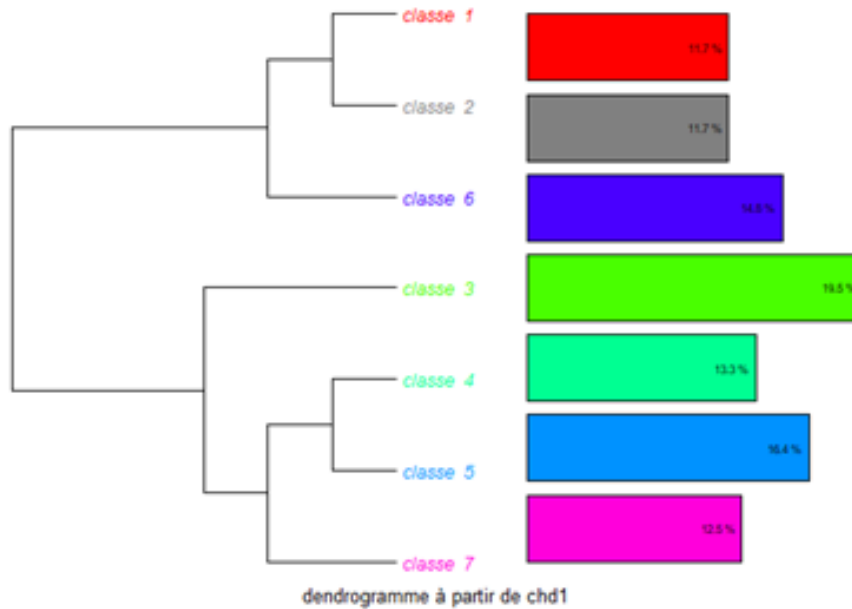
Entretanto, a própria realidade da mulher presa em geral contribui para que ela não receba essas visitas, uma vez que parte era solteira quando ingressou no sistema prisional, outras possuem parceiros que estão presos e, diferente do que acontece com os homens, várias são abandonadas pelos companheiros a partir do momento que são presas ou um tempo depois (CUNHA, 2011). Além disso, o preconceito associado à sexualidade feminina, inclusive por parte das próprias detentas e dos funcionários da prisão arremata o rol de empecilhos ao desenvolvimento do direito à visita íntima feminina.

Esses empecilhos que causam privação afetiva parecem ser um impulsionador de fenômeno bastante observado nas penitenciárias femininas: a homossexualidade circunstancial, na qual o indivíduo, privado de seu instinto sexual, acaba por mudar sua condição sexual, ao menos temporariamente (BUGLIONE, 2000). Assim, as presas se relacionam sexualmente e emocionalmente entre si, pelo menos enquanto cumprem a pena privativa de liberdade.

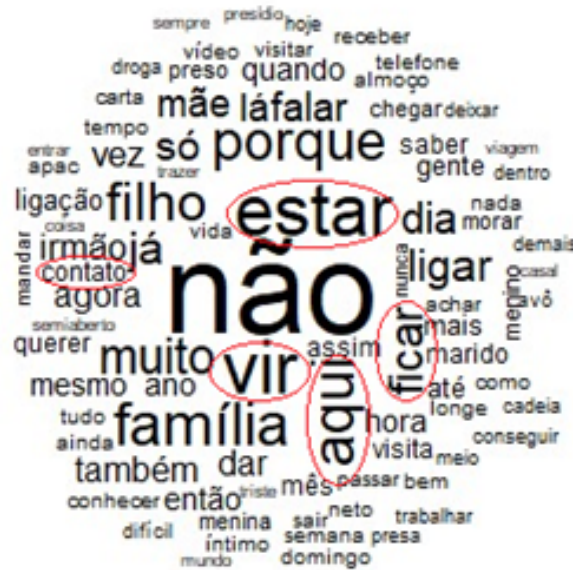
As visitas íntimas na APAC de Governador Valadares ocorrem de 15 em 15 dias e durante esse dia as recuperandas dispõem de um quarto com cama de casal e banheiro privativo e o companheiro/a pode permanecer até o dia seguinte. Para tanto, é necessário realizar todos os exames preventivos e possuir relação estável comprovada. Houve recentemente, inclusive, o casamento entre uma recuperanda do sistema fechado e uma do semiaberto na APAC de Governador Valadares. Além disso, uma das entrevistadas que não tem contato algum com a família afirmou que sua companheira que ela conheceu na APAC e já terminou de cumprir pena faz esse papel de família, realizando visitas frequentes a ela e ligando todos os dias.

O relatório obtido pela Classificação Hierárquica Descendente no Iramuteq demonstrou que a classe de palavras mais explicitada nas respostas das recuperandas sobre a família foi a classe 3 (verde). As palavras que aparecem nessa classe indicam os meios de comunicação entre as recuperandas e a família. Nessa mesma classe, ligada às palavras “carta” e “telefone”, aparece a

palavra “mãe”, o que pode indicar que a “mãe” é uma pessoa que elas mantêm contato constante por carta ou telefone. O neto também foi bastante citado, mas em outra classe de palavras, a classe 4. Nessa classe, “conhecer”, “falar”, “saber”, “ligar” são palavras relacionadas a “neto” e também à “mãe”, que aparece novamente.







## 5 OS ELEMENTOS “PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE” E “VOLUNTÁRIO E O CURSO DE FORMAÇÃO”

Conforme disserta Pinto (2011, p. 21), “todos os ocupantes do cárcere potencialmente retornarão ao convívio social e [...] seu reingresso trará todas as marcas colhidas no período em que estiveram cumprindo pena”. Assim, é de interesse de toda a comunidade que o indivíduo que cumpriu pena saia do estabelecimento penal recuperado e apto a conviver harmoniosamente em sociedade.

A participação da comunidade é um dos pilares do método APAC e é tão relevante durante o cumprimento da pena quanto posteriormente ao reingresso do indivíduo na sociedade. Esse elemento contribui com o processo de ressocialização do indivíduo na medida em que ele começa a se sentir parte do grupo ao qual será inserido. Em que pese a **atuação de voluntários** nas atividades rotineiras da instituição, os casais padrinhos também desempenham importante papel no acolhimento do indivíduo, sendo exemplo de amor ao próximo e tendo a confiança de que o recuperando pode contar com eles caso necessário.

O apoio comunitário se concentra na “construção/reforma dos centros de Reintegração, na participação em campanhas de fundo religioso, no auxílio material, nas manifestações públicas de apoio, na disponibilidade de vagas de emprego, nas parcerias com empresas e incorporação de bens produzidos na unidade, mas, principalmente, no trabalho voluntários regulares ou esporádicos (FURTADO, 2018, p. 124)

Entretanto, a participação da comunidade depende de ações que mitiguem o estigma já enraizado na sociedade sobre pessoas encarceradas e que demonstre como o método APAC pode ser preferencial ao método adotado nas penitenciárias comuns.

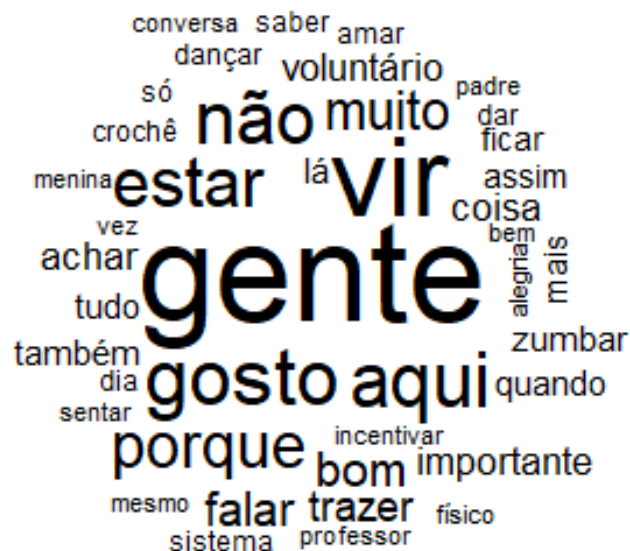
Os voluntários são peça essencial para a criação e manutenção de uma APAC. Inicialmente, quando da criação do método, o voluntariado era regra e somente as atividades administrativas podiam ser desempenhadas por pessoas contratadas. Entretanto, com o crescimento das unidades foi necessário afrouxar essa determinação e permitir a contratação de outras pessoas, a fim de garantir o correto funcionamento das instituições (FURTADO, 2018).

A APAC de Governador Valadares conta com o recebimento de voluntários religiosos, padres e pastores que ministram os cultos com frequência na instituição. Além disso, frequentam a APAC os voluntários que ministram os cursos profissionalizantes e aula de zumba e voluntários que realizam atividades esporádicas com as recuperandas com roda de conversa, música, entre outros.

Todas as 21 recuperandas entrevistadas afirmaram gostar da presença dos voluntários e acharem importante a contribuição deles no processo de recuperação. Além dos ensinamentos, as recuperandas entendem a presença dos voluntários como símbolo de acolhimento e esperança. O tratamento dispensado pelos voluntários de não terem preconceito por elas estarem cumprindo pena faz com que elas saibam que quando saírem enfrentarão preconceito, mas que poderão contar com algumas pessoas, que não estão abandonadas. Uma recuperanda entrevistada citou inclusive que a presença dos voluntários é a melhor parte de estar na APAC.

No sistema comum, eu não via ninguém. Vocês não podiam dar um abraço na pessoa lá no fundo das grades, longe. Então você não podia. Agora aqui não. Eu gosto, porque eles vêm assim trazer alegria pra gente, traz uma paz. [...] Eu falo porque traz uma paz, sabe? A casa parece que fica brilhando. Eu gosto disso. (recuperanda 10)

Os dados obtidos pela ferramenta da nuvem de palavras do IRAMUTEQ corroboram com a importância da presença dos voluntários para as recuperandas, pois apareceram, em volta da palavra “gente” - que pelo contexto se refere ao “a gente”, o sujeito, as recuperandas/ entrevistadas - somente palavras de cunho positivo, como “gosto”, “conversa”, “alegria”, “falar”, “importante”, “bem”, “vir”, “estar”, “amar”, “trazer”, “incentivar”, “dar”.



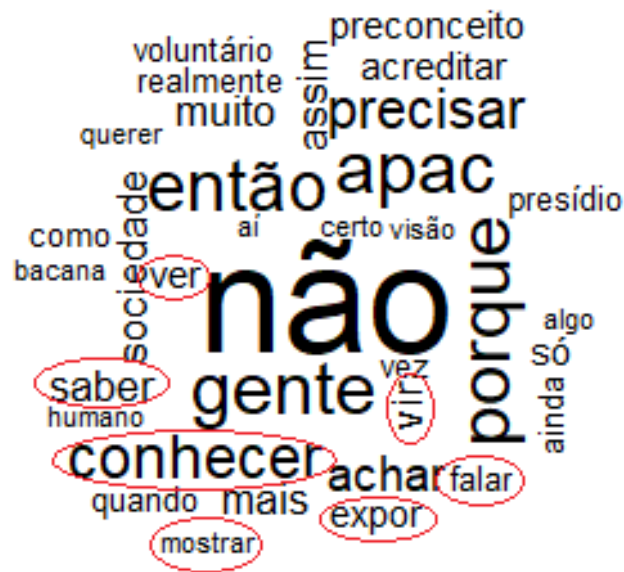
Não foi possível encontrar, a partir dos resultados do IRAMUTEQ, uma correlação entre as recuperandas que têm pouco ou nenhum contato com a família e a importância dos voluntários para elas.

Os gestores entrevistados lembraram que além dos voluntários esporádicos, a diretoria da APAC hoje é toda formada por voluntários, incluindo o presidente e o vice. Outro gestor informou que às vezes vêm muitos voluntários para ganhar hora extracurricular na faculdade de psicologia, enfermagem ou odontologia, mas com o tempo acabam desanimando e não voltam mais, não mantêm constância. Todos reconhecem a importância da presença dos voluntários, mas um deles revela que é necessário se preocupar também em quem são os voluntários, para que não haja influência externa negativa sobre as assistidas pela instituição:

Eu acho que é importante, mas eu acho também que teria que filtrar um pouquinho [...] eu não sei como é que as meninas fazem essa questão do curso, porque [...] se a pessoa quiser conhecer a instituição e ser um voluntariado, a gente não pode proibir, mas existem pessoas de todos os tipos, então a gente não sabe o que ele vem trazer pra cá, mas sempre é muito bom receber, até porque a gente não quer que as pessoas conheçam *pra* que mude? Então a gente não tem como saber quem é o bom e quem não é, que vem pra dentro da APAC, né? (gestor 23)

Os gestores foram perguntados se observam resistência da sociedade em geral pelo método de gestão da APAC. Um primeiro entrevistado afirmou que não verifica essa resistência, porque como a APAC depende basicamente de mão de obra voluntária para desenvolver a espiritualidade, a valorização humana e os cursos profissionalizantes, por exemplo, se houvesse resistência, não teria como funcionar uma APAC na cidade. Entretanto, três gestores entrevistados afirmaram que existe falta de conhecimento da sociedade em relação à APAC, inclusive na vizinhança próxima algumas pessoas não sabem do que se trata uma APAC e o que funciona nesse espaço. Como a falta de conhecimento gera dúvida e a dúvida pode refletir em preconceito, esses gestores entendem que a participação da comunidade poderia ser mais ativa se a população conhecesse melhor o trabalho desenvolvido na instituição, porque depois que dão a oportunidade de conhecer o método, algumas pessoas passam a se interessar e a aceitá-lo. A nuvem de palavras gerada pelo Iramuteq em relação à resposta dos gestores corrobora com essa informação, indicando o quanto estes utilizaram verbos que podem ser entendidos no sentido de “conhecer” a APAC.





Os demais gestores acreditam que existe sim preconceito não só com a APAC, mas com qualquer instituição que assista pessoas que cumpram pena. Um dos gestores entrevistados cita principalmente o preconceito com mulheres:

Com certeza tem as pessoas que têm um certo tipo de preconceito, né? Com o preso em geral, que acha que não tem jeito. [...] Ainda mais por ser mulher, né? Porque é diferente demais. A questão até da afetividade, que é uma diferença maior ainda. Porque enquanto lá nos presídios masculinos, eles recebem muita visita íntima, aqui poucas pessoas recebem. Não só na APAC, mas também em outros presídios, de modo geral. Por quê? Porque a partir do momento que entra ali, já não presta mais. Então, você vê que a sociedade tem um preconceito. Não são todas as pessoas. Aqui tem muito voluntário. As igrejas vêm bastante aqui, com muita frequência. Isso é muito bom. (gestor 24)

## 6 A RELAÇÃO ENTRE RECUPERANDAS E GESTORES

As recuperandas que têm alguma função de gestão na APAC de Governador Valadares falam orgulhosas sobre a confiança depositada nelas. Três recuperandas revezam horário na portaria do regime fechado, cada uma em um turno pré determinado. Elas mesmas possuem a chave do portão, mas, para acessar a rua, existem ainda outros dois portões no caminho, ambos administrados por recuperandas do semi-aberto e sob supervisão dos funcionários da APAC. Quando perguntadas se acreditam que a confiança depositada nelas pode ser considerada um fator impulsionador para sua recuperação, uma recuperanda entrevistada respondeu:

Acho que sim. A gente é presa, eles dão a chave. Eu ainda não trabalhei, né, mas as meninas que ficam na portaria ficam com a chave e elas que abrem a porta. É muita confiança, porque em outro lugar ninguém vai soltar a chave na mão de uma presa para vigiar e sair de um lugar. É... porque ela pode abrir e não voltar. (recuperanda 2)

Outra função importante delegada a uma recuperanda integrante do CSS é a de tesoureira. Isso porque na APAC de Governador Valadares cada recuperanda tem o direito de permanecer com 100 reais enviado pela família para comprar cigarros, medicação, quando for o caso, linha para o crochê e as compras da semana. Se a família enviar mais de 100 reais, o restante ficará guardado com a administração, para caso de necessidade. Segundo as recuperandas, quinzenalmente são descontados 24 reais para comprar cigarro das que fumam (são permitidos 4 cigarros por dia), a linha para o crochê custa 20,80 reais e a medicação é paga com esse dinheiro também - mas, nesse caso, caso a medicação seja mais cara, a recuperanda pode utilizar parte do seu dinheiro que está guardado com a administração. Do que sobra, quinzenalmente a recuperanda tem o direito de solicitar a compra de três itens, sejam de alimentação, de beleza ou outros. Além disso, como mencionado no tópico sobre laborterapia, para enviar as peças produzidas para venda ou para a família, elas precisam pagar uma taxa à cooperativa, que depende do tamanho e complexidade da peça. Toda essa dinâmica do dinheiro é controlada pela recuperanda tesoureira, com a ajuda de uma plantonista.

Tudo que desce de dinheiro que passa *na* minhas mãos para das minhas mãos eu documentar e passar para elas. Vem documentado lá de cima, aí chega aqui junto com plantonista, né, com a tesoureira lá de cima. Eu passo protocolo no caderno aí eu passo para recuperanda e eu tenho que saber a quantidade de dinheiro que elas têm, porque no regime só pode ter 100 reais. (recuperanda 26)

Os gestores entrevistados entendem também a importância dessa delegação de funções às recuperandas, principalmente porque a maioria está com a autoestima fragilizada no cárcere, então sentir que alguém acredita nelas é permitir que elas dêem um “passo à frente”.

Apesar da relação conflituosa entre as assistidas, foi mencionado pelas recuperandas o bom relacionamento entre elas e as plantonistas, que dispensam, segundo elas, um tratamento descrito como respeitador, amoroso e cuidadoso:

E eu aprendi que na APAC, quando a gente corrige, é porque a gente gosta. Então, às vezes, elas fazem alguma repreensão, alguma correção, a gente fica chateada. Mas eu sei que elas têm um amor muito grande, um carinho muito grande por nós. É isso, mas é para o nosso bem. [...] Eu acredito que elas estão aqui nem é pelo salário, porque têm muitas que têm formação para outras coisas, mas permanecem aqui na APAC. Poderia estar em uma profissão melhor, ganhando melhor. Então, elas tipo que acreditam na regeneração da gente, na recuperação. (recuperanda 5)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese o método APAC ser baseado em 12 elementos fundamentais, que, em conjunto, atuam no processo de ressocialização das recuperandas assistidas por essas instituições, o presente artigo objetivou focar nas relações interpessoais que compõem o método, pelo entendimento de sua essencialidade nesse processo.

Primeiramente, foi discutida a relação entre as recuperandas, abarcada no elemento apaqueano “recuperando ajuda recuperando”. Apesar de, na teoria, representar um aspecto muito importante na ressocialização dessas mulheres, já que o fortalecimento de vínculos despertaria a solidariedade entre elas, a entrevista realizada com as recuperandas do regime fechado e com os gestores revelou que esse elemento não é bem aplicado no cotidiano da APAC feminina de Governador Valadares, sendo a convivência entre elas citada por recuperandas e gestores, inclusive, como a maior dificuldade da instituição atualmente. O método APAC dispõe de uma estrutura organizacional para incentivar o trabalho em equipe das assistidas, mas isso não parece ser suficiente diante da infinidade de personalidades e toda carga emocional e de vivência que essas mulheres carregam em seu interior.

O segundo aspecto analisado foi o elemento “família”, que preza pelo contato entre as recuperandas e suas famílias, seja por telefone ou pessoalmente. A família é entendida no método apaqueano como um dos principais elementos no processo de ressocialização dos indivíduos, uma vez que participam tanto compondo a reestruturação psicológica das recuperandas. Esse elemento funciona muito bem na APAC de Governador Valadares, segundo a visão das recuperandas e dos gestores entrevistados. As ligações diárias, visitas semanais e almoços de família são os momentos mais esperados pelas recuperandas e foram citados como uma das principais diferenças entre o sistema penitenciário tradicional e o método APAC. A gestão da APAC trabalha de diversas formas para contornar as dificuldades que possam impedir a família de se aproximar da recuperanda, inclusive realizando um trabalho com a própria família, muitas vezes desestruturada, para que ela esteja preparada tanto para oferecer apoio durante o cumprimento de pena, quanto para receber a recuperanda quando ela retornar ao seio familiar.

A terceira vertente das relações interpessoais discutida neste artigo foi o vínculo entre recuperandas, voluntários e a comunidade. Na APAC de Governador Valadares essa relação se apresenta tanto na constituição dos casais padrinhos, quanto no recebimento de voluntários religiosos, voluntários que ministram cursos profissionalizantes e aula de zumba, que realizam atividades como roda de conversa e música, e pela direção da instituição, que é composta atualmente exclusivamente por voluntários. As recuperandas entrevistadas afirmaram a importância da presença dos voluntários no seu processo de recuperação não só pelo conhecimento transmitido, mas principalmente pelo acolhimento e esperança que representam.

Por fim, o método APAC empenha-se em criar uma relação de confiança entre gestores e recuperandas, permitindo, na unidade feminina de Governador Valadares, por exemplo, que recuperandas do regime fechado sejam porteiras, tesoureiras e telefonistas. A delegação de funções desenvolve um sentimento nas recuperandas, que muitas vezes estão com a autoestima fragilizada, de que alguém confia nelas e que elas são capazes de muitas coisas.

Diante do exposto, pode-se concluir que as relações interpessoais desenvolvidas pelo método APAC são essenciais para o processo de ressocialização dos indivíduos que cumprem

pena na instituição, cada uma atuando em uma vertente diferente das principais necessidades apresentadas por mulheres privadas de liberdade para se reinserir na sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 23 de março de 2022.

BRASIL. **Lei nº 7210/1984. Lei de Execução Penal**. Brasília, 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm) Acesso em: 03 de junho de 2022.

BUGLIONE, Samantha. **A mulher enquanto metáfora do Direito penal**. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 38, 1 jan. 2000. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/946/a-mulher-enquanto-metafora-do-direito-penal> Acesso em 20 de agosto de 2022.

CARVALHO, Odair França de e JARDILINO, José Rubens Lima. A invisibilidade da mulher no sistema prisional brasileiro: esquecidas no tempo e no espaço. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 6, n. 2, p. 236 – 254, mai./ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/46784/25478> Acesso em: 03 de maio de 2022.

CUNHA, Elizangela Lelis da. **Educação ou castigo: um estudo sobre mulheres reeducandas**. Tese (Doutorado em Educação escolar). Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCLar/UNESP/Campus. Araraquara, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101516> Acesso em: 03 de maio de 2022.

DAMAS, Margarida Madruga das Neves Silva. **Desafios da vida pós prisão: O estigma prisional e a readaptação à vida extramuros- o estudo de dois casos**. Dissertação (mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Lisboa. 2021. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23359/1/master\\_margarida\\_silva\\_damas.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/23359/1/master_margarida_silva_damas.pdf) Acesso em: 09 de outubro de 2022.

FRANÇA, Marlene Helena de Oliveira. **Prisão, Tráfico e Maternidade: um estudo sobre mulheres encarceradas**. Tese (doutorado em Sociologia). João Pessoa-PB, UFPB, 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7302?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7302?locale=pt_BR) Acesso em: 27 de maio de 2022.

DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de Junho de 2017 - INFOPEN 2017**. Consultor: Marcos Vinícius Moura Silva. Brasília, 2017. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf> Acesso em: 03 de julho de 2021.

DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres 2ª. Edição.** Brasília, 2017. Disponível em: [http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres\\_arte\\_07-03-18.pdf](http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf) Acesso em: 16 de maio de 2022.

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo.** São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FERREIRA, Valdeci. OTTOBONI, Mario. **Método APAC: sistematização de processos.** Colaboração: Maria Solange Rosalem Senese et al. Belo Horizonte: TJMG, Programa Novos Rumos, 2016. Disponível em: <https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/7821/1/APAC.pdf> Acesso em: 5 de julho de 2021.

FOLTRAN, Paula Juliana. **A visita nas unidades prisionais e seu papel na mediação do acesso aos direitos da pessoa presa: uma reflexão acerca das desigualdades de gênero na política penitenciária.** Azendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: [http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278276754\\_ARQUIVO\\_ArtigoFG\\_VisitaseGenero\\_04jul2010.pdf](http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278276754_ARQUIVO_ArtigoFG_VisitaseGenero_04jul2010.pdf) Acesso em: 30 de maio de 2022.

FURTADO, Barbara Siqueira. **O método APAC para o cumprimento de penas privativas de liberdade à luz das finalidades da sanção penal: ressocialização ou reintegração social?** Dissertação (mestrado em Ciências). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.107.2019.tde-15042019-144948>

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Secretaria Federal de Controle Interno. **Relatório de avaliação – Departamento Penitenciário Nacional, exercício de 2017.** Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos\\_auditoria/departamento-penitenciario-nacional/depen\\_\\_\\_relatorio\\_de\\_auditoria\\_\\_\\_certificado\\_e\\_parecer\\_cgu\\_n\\_\\_\\_201800283\\_\\_\\_exercicio\\_2017.pdf](https://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/departamento-penitenciario-nacional/depen___relatorio_de_auditoria___certificado_e_parecer_cgu_n___201800283___exercicio_2017.pdf) Acesso em: 14 de abril de 2022.

MOREIRA, Fábio Aparecido. **A política de educação de jovens e adultos em regimes de privação de liberdade no estado de São Paulo.** São Paulo: Saraiva, 2008.

NOVO, Benigno Nunez. **Preconceito é Crime.** JusBrasil. 2019. Disponível em: <https://benignonovonovo.jusbrasil.com.br/artigos/734303735/preconceito-e-crime> Acesso em: 06 de outubro de 2022.

PASTI, Nayara Moreira Lisardo. **A reconstrução da identidade das mulheres presas em estabelecimentos prisionais que aplicam o Método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).** XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. Disponível em: [http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434379258\\_ARQUIVO\\_Textocompleto.ANPUH2015.NayaraPasti.rev02.pdf](http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434379258_ARQUIVO_Textocompleto.ANPUH2015.NayaraPasti.rev02.pdf) Acesso em: 05 de outubro de 2022.

PICOLLI, Anna Clara Gomes e TUMELERO, Silvana Marta. **“Num barraco que ninguém recebe visita”: o abandono sociofamiliar da mulher presa.** 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, n.1 Brasília, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/383>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

PINTO, Felipe Martins. Do Objeto e Aplicação da Lei de Execução Penal. In SILVA, Jane Ribeiro (Org.). **A execução penal à luz do método APAC.** Belo Horizonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais, 2011. p. 15-24. Disponível em: [https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro\\_ExecPenal.pdf](https://bd.tjmg.jus.br/jspui/bitstream/tjmg/3885/1/Livro_ExecPenal.pdf) Acesso em: 21 de setembro de 2022.

PNUD Brasil. **Relatório do Desenvolvimento Humano de 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI.** Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2019\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf). Acesso em: 3 de julho de 2021.

SANTOS, Bruna Rios Martins. **Atrás das grades: um estudo de caso sobre o sistema prisional feminino na comarca de São João del Rei –MG.** Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/profiap/Dissertacao%20Bruna.pdf> Acesso em 10 de outubro de 2022.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos Estudos**, 84, p. 153-173, jul. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/QVg7xtS9g9bHZkSHS3KSjMJ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 de junho de 2022.

TORRES, Sabrina Lopes. **Os paradoxos da ação profissional no sistema penal: uma análise do serviço social na penitenciária masculina e no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.** Dissertação (mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91527> Acesso em: 05 de junho de 2022.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiros.** Companhia das letras. São Paulo, 2017.